

Estados pobres lutam para manter reforma tributária

BRASÍLIA — O deputado Albérico Cordeiro (PFL-AL), em nome dos 292 constituintes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pediu que o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), mantenha, no parecer que divulgará hoje, o texto sobre o sistema tributário aprovado pela Comissão de Sistematização. Ontem, os senadores Mauro Benevides (PMDB-CE), Virgílio Távorá (PDS-CE) e Chagas Rodrigues (PMDB-PI) e 19 deputados reuniram-se para organizar um movimento de reação contra propostas de alteração no sistema tributário, que prevê para a partir de janeiro de 1989 o aumento da transferência de recursos da União para os estados e municípios.

Hoje às 11h haverá nova reunião, com maior número de participantes, no gabinete do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB). Serão discutidas a ação de convencimento dos demais constituintes e a tática para derrotar no plenário as emendas ao capítulo do sistema tributário. As bancadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste começaram a se mobilizar há duas semanas, quando o presidente José Sarney convocou um grupo de parlamentares do *Centrão* ao Palácio da Alvorada para pedir que o texto da Sistematização fosse emendado. Alegou que a União não agüentaria o impacto da reforma tributária.

A cúpula do *Centrão* tentou introduzir alterações em sua emenda coletiva, mas recuou porque parlamentares nordestinos do grupo recusaram-se a assinar. As propostas foram apresentadas individualmente e visam, principalmente, a alterar o artigo que destina 3% do orçamento da União às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o que aumenta de 32% para 47% da receita tributária federal a parcela destinada ao Fundo de Participação de Estados e Municípios.

□ O governador Miguel Arraes resolveu voltar a arregaçar as mangas para garantir eleições diretas para presidente este ano. Ontem, despachou para Brasília o vice-governador Carlos Wilson Campos com o objetivo de convencer o deputado federal Nilson Gibson, que matreiramente não tem ido a Recife, a votar pelos quatro anos no plenário da Constituinte. Arraes já conversou com os deputados Luís Freire e José Carlos Vasconcelos, que, como Gibson, assinaram a emenda do deputado Matheus Iessen. Considerou muito boa a conversa e informou a um assessor que não há problema de conseguir que os dois fiquem com os quatro anos de mandato na Constituinte.

Quércia faz alerta à Constituinte

SÃO PAULO — A duração do mandato do presidente José Sarney e a definição do sistema de governo devem ser votadas já na próxima semana, sob pena de se inviabilizar a promulgação da nova Constituição este ano, alertou o governador Orestes Quércia, na mais dura advertência desde que começou a cobrar maior rapidez nos trabalhos da Constituinte.

"Se não votarmos as duas questões na próxima semana teremos problemas sérios e é possível que não terminemos a nova Constituição este ano", disse Quércia, em curta entrevista no Palácio dos Bandeirantes. Reafirmou que não pedirá votos nem pelos quatro nem pelos cinco anos, embora prefira a última alternativa. "Aprovados os quatro ou os cinco anos, a vitória será do povo", disse Quércia.

Parecer de Cabral é por 5 anos

BRASÍLIA — O deputado Bernardo Cabral apresenta hoje à Constituinte parecer favorável ao presidencialismo e ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, ressaltando que, pessoalmente, luta pelo parlamentarismo e pela realização de eleições presidenciais este ano. No parecer, o relator explicará ao plenário os impedimentos a ele impostos pelo regimento, que assegura tratamento privilegiado para a emenda que obtiver mais de 280 assinaturas. Dirá que, embora tecnicamente favorável às emendas do *Centrão*, apóia a proposta de mandato de quatro anos do senador Mário Covas e a emenda parlamentarista do deputado Egidio Ferreira Lima.

Reunido com os relatores-adjuntos José Fogaca, Konder Reis e Adolfo Oliveira, no apartamento deste último, durante todo o dia, Cabral concluiu à tarde o exame de todas as emendas e anunciou que não emitirá nenhum argumento favorável ao presidencialismo e ao mandato de cinco anos, idéias que combate desde o início dos trabalhos da Constituinte. As emendas do *Centrão* e a do deputado Matheus Iessen terão, entretanto, prioridade para votação, exigindo que, para derrubá-las, a esquerda apresente 280 votos contrários em plenário.

Na tentativa de aprovar as propostas da esquerda, Cabral pedirá ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que as quase 2 mil emendas individuais sejam agrupadas por capítulos e votadas em bloco.

Doze emendas querem eleição geral como saída para crise

BRASÍLIA — Sete dos 317 signatários da emenda Matheus Iessen (PMDB-PR), que institui o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, apresentaram emendas ao projeto de Constituição propondo eleições gerais em 1988 — para presidente, prefeitos, governadores, vereadores, deputados federais e estaduais, e senadores. Nesta última etapa da Constituinte, foram apresentadas 17 emendas reduzindo o mandato do presidente José Sarney de seis para quatro anos, 12 delas através de eleições gerais.

A primeira emenda apresentada, propondo eleições em todos os níveis ainda este ano, é de três deputados do PDS — Jorge Arbage (PA), Delfim Netto (SP) e Levy Dias (MS). "Quando um parlamentar subscreve uma emenda, isso não implica o dever do voto", explica Arbage, que há 13 anos ocupa uma cadeira na Câmara dos Deputados, acrescentando: "Acho que o mandato dado ao presidente Sarney pela atual Constituição é intocável e irrevogável mas, no momento em que a Comissão de Sistematização decidiu reduzi-lo, a posição ética exigida

era de se reduzirem todos os mandatos e se instituírem eleições gerais. O meu compromisso de voto é com a minha emenda. Se ela não for aprovada, eu me abstenho".

Apoio — O deputado Jofran Frejat (PFL-DF) também classifica a sua assinatura à emenda dos cinco anos como de "apoio" — a assinatura necessária para que um companheiro de Parlamento apresente a proposta ao plenário. Se a sua emenda de eleições gerais em 1988 for rejeitada pelo plenário, Frejat votará no mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Sua posição não é recente: integrante da Comissão de Sistematização, ele foi naquela fase da Constituinte um dos articuladores, no PFL, da vitória da tese dos quatro anos de mandato. Para ele, não há nenhuma contradição entre essa sua posição e ter assinado a emenda Iessen: "Sou presidencialista e assinei a emenda do deputado Egidio Ferreira Lima, que é parlamentarista. Acabo de assinar todas as emendas do deputado Fernando San-

tana (PCB-BA). Apenas dou o meu apoio para que sejam analisadas pelo plenário".

Também os deputados João Natal (PMDB-GO), Gerson Marcondes (PMDB-SP), Tutu Quadros (PTB-SP) e Adolfo Oliveira (PL-RJ) assinaram a emenda Iessen e apresentaram emendas de eleições gerais este ano. Não assinaram a emenda dos cinco anos, mas apresentaram propostas de eleições Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), Ziza Valadares (PMDB-MG), Mendes Ribeiro (PMDB-RS), João Cunha (PMDB-SP), Lúcia Braga (PL-PB), Carlos Cotta (PMDB-MG) e Bocayuva Cunha (PDT-RJ). A exceção de Bocayuva, Mendes Ribeiro e João Cunha, que propõem eleições apenas para a Presidência da República, a Câmara e o Senado, os outros querem eleições em todos os níveis. Mário Maia (PDT-RO), Miro Teixeira (PMDB-RJ), Ruy Bacelar (PMDB-BA) e Haroldo Lima (PC do B-BA) propõem eleições, este ano, apenas para presidente. Mário Maia e João Natal, em suas emendas, permitem que Sarney se candidate à reeleição.

Mandato só será votado na hora certa

No início da semana passada, o senador Mário Covas reuniu a bancada do PMDB na Constituinte para decidir se o partido deveria ou não ser favorável à antecipação da votação dos artigos do projeto de Constituição que tratam de sistema de governo e da extensão do mandato do presidente José Sarney. Entusiasmados com o que julgavam ser o crescimento da tendência favorável aos quatro anos de mandato, Covas e a esquerda pareciam favoráveis a uma definição imediata a respeito.

A bancada nada decidiu. O *Centrão*, assustado com o risco dos quatro anos, negou quorum à reunião. Dois dias depois, a emenda que concede cinco anos a Sarney amalhou 316 assinaturas — 36 a mais do que o necessário para que obtivesse preferência e possa ser votada antes do projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização. Agora, é o governo que manifesta o desejo de ver logo votado o tamanho do mandato de Sarney e resolve a dúvida entre presidencialismo e parlamentarismo.

As esquerdas não querem mais o que demonstravam querer há uma semana — preferem esperar que o previsível agravamento da crise econômica e política que assola o país fortaleça, novamente, as chances do mandato de quatro anos. Essa é uma Constituinte, de fato, regida preferencialmente pela conjuntura — embora dela se espere que produza uma Constituição feita

para durar para além de eventuais circunstâncias. É provável que o objetivo não seja alcançado.

Não haverá a antecipação da votação do mandato de Sarney e do sistema de governo. Não haveria quando as esquerdas assim o pretendiam — minoritárias, não teriam voto para antecipar coisa alguma. Não haverá agora quando as forças que apóiam os cinco anos para Sarney parecem majoritárias. "Não tenho elementos para dizer se isso será possível ou não", esquivou-se ontem no final da tarde o deputado Ulysses Guimarães. Elementos ele tem — a prudência o aconselha a calar.

A antecipação só seria possível através de dois caminhos: acordo de liderança ou uma nova reforma do regimento interno da Constituinte. Acordo não existirá. Basta que a liderança de um só partido com representação na assembleia discorde da proposta para que não haja acordo e, naturalmente, a antecipação não ocorra. O governo pode, de repente, até reunir a maioria da Constituinte para de novo reformar o regimento — mas são tantos os recursos regimentais à disposição da minoria que a reforma não saíra.

Saiu a reforma do regimento patrocinada pelo *Centrão* porque as esquerdas, a partir de um certo momento, desistiram de obstruir as votações no plenário. Mesmo assim, a reforma se arrastou por mais de 40 dias de debates e votações. De resto, para uma nova reforma o *Centrão* não atrairia o gigantesco pelotão de senadores e deputados que avalizou a mudança anterior do regimento. O deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, por exemplo, é contra a antecipação da votação.

"O governo, de fato, melhorou muito ultimamente e está mais forte", argumenta. "Mas pode se fortalecer ainda mais e o melhor é que se vote mandato e sistema de governo mais adiante".

O que o deputado quer dizer é que

Pinga-fogo

■ No seu projeto de Constituição, o *Centrão* acaba com a soberania do júri popular ao permitir que uma decisão por ele tomada possa ser revista, no mérito, por um tribunal superior. A Constituição atual não permite isso — nem o projeto aprovado na Comissão de Sistematização.

■ O deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ) votou a favor dos cinco anos na Comissão de Sistematização mas evoluiu agora para os quatro. Nada mais o irrita do que ser apontado como membro ou aliado do *Centrão*. "Eu até tenho raiva do *Centrão*. Quero distância", jura o deputado.

ainda não há segurança, apesar das 316 assinaturas que subscreveram a emenda dos cinco anos, de derrota do mandato de quatro. "Nesse instante, o José Lourenço é o mais lúcido do lado de lá por não querer a antecipação", admite Covas. "Ele sabe que as 316 assinaturas não significam votos e que os quatro anos ainda têm mais condições de ser aprovados". Como Covas, pensa também o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado. "Na verdade, o mandato só será mesmo definido pelo voto, no plenário e na hora certa", decreta o líder do PFL na Câmara.

Palavra de líder

O deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara, votou a favor do mandato de cinco anos para o presidente Sarney na Comissão de Sistematização mas agora votará nos quatro, quando o projeto de Constituição chegar ao plenário da Constituinte. Por suas contas, o presidencialismo deverá ser aprovado como sistema de governo e o mandato de quatro anos ainda conserva mais chances de ser aprovado. "Quem é quatro anos, é quatro anos, diz e vota", argumenta Ibsen. "Quem assinou a emenda dos cinco anos pode votar nos quatro. Não conheço um de quem tenha mudado de lado".

Palavra de Cabral

Ao concluir hoje o exame das emendas oferecidas ao projeto de Constituição, o deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte, dará sobre elas mais de um tipo de parecer. Haverá o parecer tecnicamente favorável — para as emendas que obtiveram as 280 assinaturas mas que não terão o voto pessoal, no plenário, do constituinte Cabral. Haverá o parecer simplesmente favorável — para as emendas que Cabral julga procedentes, mesmo que não tenham sido amparadas por 280 assinaturas. Haverá, naturalmente, o parecer contrário. A maioria das emendas será recusada.

■ O deputado Bernardo Cabral acatou a emenda do deputado Alceni Guerra (PFL-PR) que cria a licença de oito dias para quem vai ser pai. Alceni foi pai recentemente.

■ Do Radical de Araxá: "Sou a favor dos cinco. Por cento".

Ricardo Noblat